



EDITAL

José Manuel Henriques Mota de Faria, Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, torna públicas as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, referentes aos assuntos inscritos na ordem de trabalhos da Sessão Ordinária do dia 20 de dezembro de 2021:

ORDEM DE TRABALHOS

- ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA O ANO DE 2022, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2021 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 4, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto lei n.º 127/2012 de 21 de junho, na sua atual redação;
- GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA 2021 - 14.º REVISÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto Lei n.º 128/2012, de 21 de junho, na sua atual redação;
- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - TAXAS, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;



Mane

- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - REDUÇÃO DE TAXAS - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- DERRAMA, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua atual redação;
- T.M.D.P. - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO I.R.S. - LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;
- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO - ALTERAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- MANUTENÇÃO DO APOIO SOCIAL NO ÂMBITO DA CRISE COVID 19 - SMAS VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- DESCENTRALIZAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - DECRETO LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO E LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO PARA O ANO DE 2021 - RATIFICAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo;
- DESCENTRALIZAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE DECISÃO PARA O ANO DE 2021 - CIMVDL - "ACORDO PRÉVIO", nos termos e



Mano 2

para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 20.º do decreto-lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;

- DESCENTRALIZAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS - RETIFICAÇÃO DE VALORES DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO PARA ALGUMAS FREGUESIAS - ANO 2022, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 5.º e 6.º do Decreto Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação;
- CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - ACORDOS DE EXECUÇÃO - FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE VISEU -AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo;
- E.M. EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU - DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação;
- VISEU NOVO, S.R.U. - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE VISEU S.A. - DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA - REVISÃO LEGAL DE CONTAS - PELO PERÍODO DE 4 ANOS (01-01-2018 ATÉ 31-12-2021) RATIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO CONTRATUAL QUE CONDUZIU À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO E CONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DO MESMO, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 164.º n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação;
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS - ANO 2021 - NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação;



Handwritten signature in blue ink.

- REGULAMENTOS DE EXPLORAÇÃO ZEDL + PARQUES VISEU (CONCESSÃO SEMOVEPARK), nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE MOBILIDADE, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação;
- DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE AMBIENTE, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação;
- DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE ESPAÇOS VERDES, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação;
- DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE INICIATIVA PRIVADA, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação;
- DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU PARA A UNIDADE ORGÂNICA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação;
- DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação;
- DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA COM CARÁCTER DE URGÊNCIA, DA EXPROPRIAÇÃO DA PARCELA 2B-2 DA 1.ª CIRCULAR NORTE, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º



Assembleia Municipal de Viseu

2 do artigo 14.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua atual redação;

- CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO - LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO MUNICIPAL DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação;
- PEDIDO DE EMPRÉSTIMO LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - REVITALIZAÇÃO DO MERCADO 2 DE MAIO - PARU/PEDU VISEU, CENTRO DE OPERAÇÕES PARA A MOBILIDADE DE VISEU - PAMUS/PEDU E UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR "CASA DAS BOCAS" - SUBSTITUIÇÃO DE ASSINATURA - CONHECIMENTO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Para constar e devidos efeitos legais se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais públicos de costume.

Viseu, 21 de dezembro de 2021

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)